

O EFEITO DUDA

Publicitário conta à CPI dos Correios que abriu conta nas Bahamas para receber de Marcos Valério pagamento por serviços em campanhas do PT

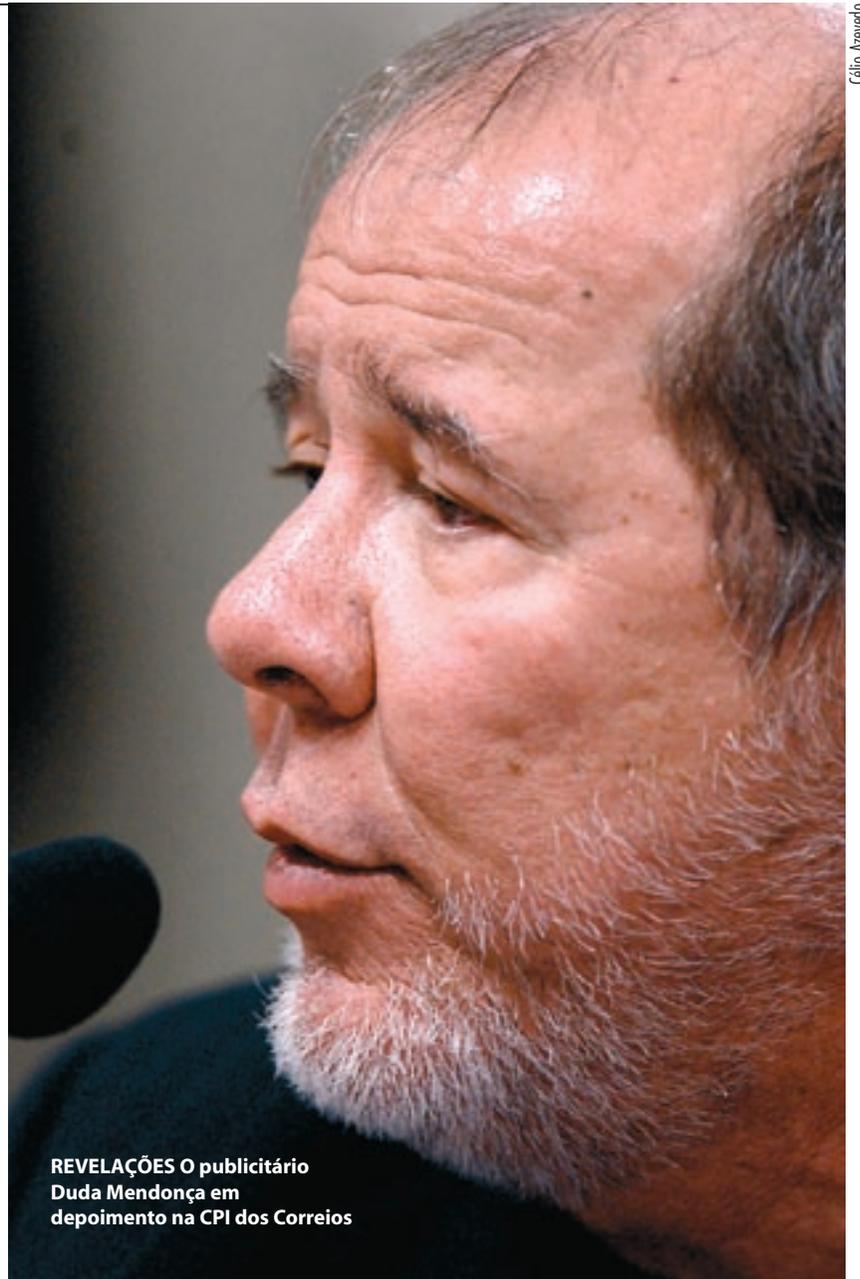
Renan aponta "cenário pantanoso da ilegalidade"

Virgílio vê o PT envolvido em "corrupção da grossa"

Mercadante: "Eu jamais soube dessa história"

Para Simon, Lula deve assumir erros e mudar rumos

Páginas 3 a 6



Célio Azevedo

REVELAÇÕES O publicitário Duda Mendonça em depoimento na CPI dos Correios

José Jorge relata reforma política, que anda na CCJ

Termina na quarta-feira o prazo para apresentar emendas, na Comissão de Justiça, à proposta de mudanças na legislação eleitoral. A previsão é que o projeto, que tem como relator José Jorge, seja votado até o dia 25.

Página 4

Combate à fome pode apoiar produção local

Projeto aprovado pela Comissão de Agricultura dá prioridade aos pequenos produtores, nos locais de consumo, em compras de produtos para programas de combate à fome, inclusive merenda escolar.

Página 7

Jane Araújo



CAMPANHA Waldomiro (E), ao lado de Efraim e Garibaldi, confirma doação de R\$ 100 mil de Cachoeira a Magela

Waldomiro confessa erro à CPI, que convoca governadora do Rio

Página 4



"DESCASO" Camata relata caso de garçoneiro que morava em Portugal e foi encontrada morta

Camata critica tratamento dado a brasileiros

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) reclamou do tratamento dado pelas autoridades diplomáticas do país aos brasileiros que vivem no exterior. Para ilustrar esse "descaso", ele comentou o ocorrido com a capixaba Edilaine Trez Vieira de Souza, de 23 anos, assassinada em junho passado, em Portugal.

Segundo informou, Edilaine morava com o marido em Portugal desde novembro de 2004, onde trabalhavam, respectivamente, como motorista e garçoneiro. O desaparecimento da capixaba ocorreu quando ela fazia, a pé, o trajeto entre sua casa e o restaurante onde trabalhava. Com o sumiço da mulher, Marcelo teria procurado o auxílio da polícia. Segundo Camata, o corpo dela foi descoberto, por acaso, 20 dias após seu desaparecimento. A polícia portuguesa ainda não solucionou o caso e nem liberou o corpo para sepultamento.

Diante da indignação gerada pelo episódio, o senador peemedebista resolveu apresentar emenda ao Orçamento da União para 2006 reforçando a verba de assistência social das representações diplomáticas no exterior.

Azeredo quer melhorar transporte para deficientes

Senador afirma que existem problemas como a falta de adaptação de ônibus escolares

A proximidade da celebração da Semana do Excepcional levou o presidente da Subcomissão para Assuntos Sociais das Pessoas Portadoras de Deficiência, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), a apelar pela contínua concretização dos direitos sociais dessas pessoas. Apesar dos avanços já obtidos, o senador lembrou que alguns



Fotos: Rosewell Finheiro
LUTA Azeredo defende a concretização dos direitos do portador de necessidades especiais

problemas ainda persistem, como a falta de adaptação dos transportes escolares. Essa questão já constitui, segundo Azeredo, impeditivo à frequên-

cia regular na escola de pessoas com deficiência de mobilidade.

O senador pediu ao Ministério da Educação que oriente os municípios sobre o uso dos recursos do Fundef para oferecer transporte escolar a alunos carentes ou portadores de deficiência. Também solicitou ao Ministério dos Transportes que agilize a expedição das carteiras de passe gratuito interestadual.

Apesar dessas dificuldades, Azeredo cumprimentou os grupos sociais que lutam pelas garantias legais dos portadores de necessidades especiais.



NECESSIDADE Saturnino aponta que investimentos no estado têm motivação econômica

Saturnino pede prioridade para obra no RJ

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) reclamou ontem do anúncio feito pelo Ministério do Planejamento de que a prioridade para a construção do arco rodoviário ligando as rodovias fluminenses ao Porto de Sepetiba havia sido retirada.

– Essa decisão é inaceitável. Há uma dívida antiga do governo federal em relação ao nosso estado, desde a mudança da capital e a fusão da Guanabara ao Rio de Janeiro – lamentou o senador. Ele apontou que os investimentos feitos pela Petrobras no estado têm motivação econômica, e não política.

Agenda

Plenário

Na sessão de hoje do Senado, com início às 9h, não serão realizadas análises de projetos. De caráter não deliberativo, ela se destina a discursos de senadores,

a comunicados da Mesa diretora e de lideranças partidárias, entre outros. As votações serão retomadas na terça-feira da próxima semana.



Cassações e renúncias em debate na Rádio Senado

O programa *Conexão Senado*, que a Rádio Senado apresenta nesta segunda-feira, às 12h, discute a utilização da renúncia ao mandato parlamentar como instrumento

para evitar a cassação. Diante dos escândalos dos Correios e do "mensalão", Valdemar Costa Neto (PL-SP) foi o único que lançou mão da manobra, ao assumir que

recebeu dinheiro das contas de Marcos Valério. O debate trata ainda dos trabalhos das comissões parlamentares de inquérito e do Conselho de Ética.

CPI concede entrevista

A partir das 15h de hoje, está prevista entrevista coletiva do presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), acompanhado do relator e dos sub-relatores do colegiado. Ela será transmitida ao vivo pela TV Senado.

Perguntas e sugestões

O serviço Alô Senado recebe ligações gratuitas, de todo o território nacional, pelo telefone 0800 612211, durante 24 horas. As perguntas, sugestões e reclamações são encaminhadas aos órgãos competentes.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



DOROTHY Ana Júlia destaca que acusados da morte da freira podem recorrer à Justiça

Ana Júlia cobra agilidade em julgamento

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) advertiu que, passados seis meses da morte da irmã Dorothy Mae Stang, os assassinos ainda não foram julgados e podem até ficar em liberdade, aguardando julgamento. Segundo a parlamentar, isso depende da ação dos advogados de defesa de "Raifar" e "Clodoaldo", os acusados, e da presteza da Justiça.

– Os acusados ameaçaram recorrer à Justiça – afirmou. A irmã Dorothy desenvolvia obras sociais na Amazônia e lutava pelo desenvolvimento sustentável no interior do Pará, onde foi morta a tiros.



Revelação de Duda Mendonça sobre pagamento em conta no exterior surpreende os parlamentares da CPI dos Correios. Marcos Valério nega que tenha feito as remessas e sugere acareação. Mercadante pede que toda a verdade seja revelada

Duda: "Recebi R\$ 10 mi em conta nas Bahamas"

Em depoimento espontâneo ontem à CPI dos Correios, o publicitário Duda Mendonça disse ontem ter aberto conta nas Bahamas – por orientação do empresário Marcos Valério – para receber cerca de R\$ 10 milhões como pagamento por serviços publicitários e de assessoria política prestados ao PT.

– Posso ter cometido um erro fiscal, mas não cometi erro de caráter. Eu realizei um trabalho e precisava receber o pagamento. Sei que corro riscos, mas prefiro acabar com esse peso de uma vez, pagar o preço que for necessário – disse.

Duda Mendonça afirmou que, em 2003, o PT ainda lhe devia R\$ 11 milhões, fora um novo pacote contratado por R\$ 7 milhões. Segundo informou,

o então tesoureiro do PT Delúbio Soares teria dito à sua sócia, Zilmar Fernandes da Silveira, que procurasse um publicitário de Minas Gerais, Marcos Valério, porque ele iria “resolver o problema da gente”. Quando Zilmar foi receber a primeira parcela de R\$ 300 mil, que achava que seria em cheque, o valor foi pago com um pacote de dinheiro. Por essa maneira a empresa recebeu cerca de R\$ 1,4 milhão.

Em determinado momento, prosseguiu Duda na comissão, Valério lhe disse para abrir “uma conta lá fora que fica mais fácil de pagar”. Mais uma vez, o publicitário afirmou que se viu na situação de que “ou era assim ou não recebia”.

Ele contou então ter procurado o BankBoston, onde foi

orientado sobre como abrir uma conta nas Bahamas. Por essa conta, relatou, acredita ter recebido R\$ 10 milhões, enviados por Marcos Valério.

Segundo Duda Mendonça, há depósitos de bancos como Rural Europa e Banco de Israel. Ele contou ter faxes enviados pela SMP&B confirmando os depósitos e repassou os documentos à comissão. O publicitário colocou à disposição da CPI seu sigilo bancário e fiscal e também o de suas empresas e acrescentou que o PT ainda lhe deve R\$ 14 milhões.

Pressionado por opositores para que confirmasse se a campanha de Lula foi paga com dinheiro de origem desconhecida, Duda disse acreditar que o pagamento foi realizado com recursos legais.



Márcia Kallume

ESCLARECIMENTOS Após entregar documentos a Amir Lando (E), presidente da CPI do Mensalão, Marcos Valério presta novo depoimento à comissão

Valério nega remessas ao exterior e pede acareação

O empresário Marcos Valério voltou a depor na CPI do Mensalão e confirmou a remessa de dinheiro para o exterior, negando, entretanto, ter feito esse envio e que tenha obrigado o publicitário Duda Mendonça a abrir uma conta nas Bahamas. O depoimento ocorreu simultaneamente aos de Duda Mendonça e sua sócia Zilmar Fernandes da Silveira, ouvidos pela CPI dos Correios.

Valério compareceu à comissão de inquérito para entregar disquetes contendo arquivos nos quais estariam relacionados todos os saques feitos em suas contas. Ao entregar a documentação, o empresário se dispôs a prestar novos esclarecimentos.

Sobre os pagamentos feitos a

Duda Mendonça, referentes às dívidas de campanha do PT, o empresário mineiro disse que o dinheiro era entregue a um consultor chamado “Jader”, indicado por Zilmar. O envio dos recursos para o exterior teria sido feito pelo consultor. Valério informou ainda que parte dos recursos foi entregue em “dinheiro vivo”, em São Paulo. No total, o valor pago a Duda chegaria a R\$ 15 milhões.

O empresário confirmou na reunião da CPI do Mensalão sua nota à imprensa divulgada na tarde de ontem, na qual ele pede uma acareação com o publicitário Duda Mendonça.

– Só errei no meu primeiro depoimento – disse Valério, acrescentando ter dito, posteriormente, somente a verdade.

Mercadante se diz perplexo com as novas revelações

– É muito difícil tomar conhecimento de toda essa história pela imprensa e pelos depoimentos às CPIs. Quero deixar bem claro que nunca foi discutido comigo o que hoje é revelado – declarou o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), durante o depoimento de Duda Mendonça à CPI dos Correios. Mercadante, que não é membro da comissão, pediu para ser ouvido após declaração do publicitário sobre o pagamento de dívidas de campanhas. Duda se referiu a um pacote no valor de R\$ 25 milhões, referente a serviços prestados à campanha de Lula à Presidência da República e a outras campanhas,



Moreira Mariz

DECEPÇÃO Mercadante lamenta que as informações tenham sido omitidas por tanto tempo

“como a do senador Aloizio Mercadante, vitoriosa, e de Benedita da Silva para o governo do Rio de Janeiro e José Genoíno para o governo de São Paulo, derrotadas”.

– Sempre foi dito publicamente que era um pacote nacional e que os custos da campanha para o Senado seriam marginais. Por isso minha perplexidade e minha vontade de que tudo seja apurado – disse.



CAMPANHAS Duda Mendonça, ao lado de sua sócia Zilmar Fernandes, presta depoimento espontâneo à CPI dos Correios

Delcídio descarta acareação neste momento

O presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), afirmou ontem que não considera plausível a idéia de promover neste momento uma acareação entre os publicitários Duda Mendonça e Marcos Valério.

– Antes de chamar alguém aqui para fazer acareação, precisamos estar bem informados sobre tudo. Não vamos deixar que ninguém nos pautar – ponderou ele, referindo-se ao fato de a acareação ter sido proposta pelo próprio Valério.

Delcídio afirmou que o de-

poimento de Duda Mendonça dará novos rumos aos trabalhos da comissão.

– Abriu-se uma nova alternativa de investigação, voltada principalmente para a questão dos recursos no exterior, contas pagas através de empresas *off shore*. Precisamos ter cuidado e ver o que vamos fazer, pois as coisas mudaram – frisou.

A revelação feita por Duda Mendonça e sua sócia Zilmar Fernandes da Silveira à CPI dos Correios surpreendeu os parlamentares. Também causou sobressaltos a informação

repassada pelos dois de que o então tesoureiro do PT, Delúbio Soares, teria sido o idealizador da operação.

Parlamentares ouvidos pela Agência Senado acreditam que o governo está mais vulnerável, porém ainda é cedo para falar em *impeachment*.

– Essas revelações deixam o governo totalmente a descoberto, e o PT, nu. As denúncias batem à porta do presidente. Começou agora uma espécie de salve-se quem puder – comentou o deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS).



Projeto de mudança nas regras eleitorais avança na CCJ; CPI dos Bingos convoca governadora do Rio, Rosinha Matheus, Anthony Garotinho, Benedita da Silva, José Dirceu e Geraldo Magela, além de aprovar acareação entre Waldomiro e Cachoeira

Jane Araújo



VERSÃO Ao lado de Efraim Morais e Garibaldi Alves, Waldomiro Diniz (E) nega interesse na renovação de contrato entre a Gtech e a Caixa Econômica

Waldomiro confirma doação para campanha de Magela

Durante as mais de cinco horas de depoimento à CPI dos Bingos, Waldomiro Diniz, ex-chefe da Subsecretaria de Assuntos Parlamentares da Casa Civil da Presidência da República e ex-presidente da Loteria do Rio de Janeiro (Loterj), disse que cometeu “apenas um erro”: repassar, em 2002, R\$ 100 mil para o petista Geraldo Magela, então candidato ao governo do Distrito Federal.

De acordo com Waldomiro, o dinheiro foi doação do empresário de jogos Carlinhos Cachoeira. O depoente enfatizou que resolveu contrariar a orientação dos seus advogados e confirmar a doação devido a processo judicial movido por Magela contra ele.

Waldomiro compareceu à CPI protegido por *habeas corpus* concedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Antes

do início do depoimento, foi exibido o vídeo em que Waldomiro é flagrado pedindo propina a Cachoeira.

Waldomiro disse que não tinha interesse na renovação de contrato entre a empresa multinacional Gtech e a Caixa Econômica Federal para o fornecimento de equipamentos de loteria. Negou também que tenha mantido encontro com os diretores daquela instituição financeira para tratar do assunto e disse que as acusações que pesam contra ele nesse sentido são inverídicas.

– Estou sendo acusado de indicar um consultor que não conheço, não participei da renovação do contrato da Caixa com a Gtech.

Integrantes da CPI dos Bingos consideraram as declarações de Waldomiro como “histórias mal contadas”.

Convocados Rosinha e Garotinho

Os senadores da CPI dos Bingos aprovaram ontem 13 requerimentos. Destacam-se os que pedem as convocações da governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus; do ex-governador carioca Anthony Garotinho; do deputado federal e ex-ministro-chefe da Casa Civil José Dirceu; do ex-deputado federal pelo Distrito Federal Geraldo Magela; e da ex-governadora do Rio de Janeiro, Benedita da Silva.

Foi aprovada ainda a acareação entre Waldomiro Diniz e Carlinhos Cachoeira.

Buratti ligou para casa de ministro

O Ministério Público de São Paulo encaminhou à CPI dos Bingos relatório das ligações telefônicas de Rogério Buratti em 2004. O documento demonstra que Buratti manteve contato telefônico com a residência do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e com a suposta agência de garotas de programa Jeany Mary Corner, acusada de promover festas patrocinadas pelo empresário Marcos Valério. O relator da CPI, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), afirmou que Buratti poderá ser reconvocato.

Reforma eleitoral pode ser votada até dia 25

O líder da Minoria, senador José Jorge (PFL-PE), será o relator do projeto de reforma eleitoral de autoria de Jorge Bornhausen (PFL-SC) com base no qual os líderes partidários pretendem promover mudanças na legislação eleitoral. Começou ontem e termina na próxima quarta-feira o prazo para apresentação de emendas à proposta (PLS 275/05), que receberá decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O presidente da CCJ, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), afirmou que a proposta deverá ser aprovada até o dia 25.

– O projeto é uma resposta a fatos que ocorrem em todas as eleições; os recursos de quem os tem abundantes prejudicam



PRAZO José Jorge é relator na CCJ de projeto que está aberto a emendas até quarta-feira

aqueles que têm, às vezes, mais prestígio popular.

A proibição de showmícios, de pagamentos de cachês a artistas e da distribuição de brindes durante a campanha eleitoral é uma das novidades



OPORTUNIDADE Segundo Osmar Dias, proposta cria ambiente para combater práticas clandestinas

Osmar Dias manifesta apoio a projeto

Osmar Dias (PDT-PR) elogiou ontem o projeto de Jorge Bornhausen (PFL-SC) que modifica as campanhas políticas no país, classificando-o como “mais do que oportuno”. A proposta, afirmou, permitirá criar novo ambiente político no país, em que “práticas clandestinas e desonestas que alimentam a corrupção poderão ser combatidas”.

– Não adianta ficarmos aqui apenas discutindo a crise. Temos de discutir o futuro.

As propostas, disse Osmar, permitirão uma “economia extraordinária” nas campanhas.



OBJETIVO Cristovam Buarque pretende moralizar o sistema político-eleitoral

Cristovam quer financiamento público

Após ser lido na sessão plenária de ontem, foi encaminhado à CCJ projeto de Cristovam Buarque (PT-DF) que pretende regular o financiamento de campanhas e, assim, moralizar o sistema político-eleitoral. A proposição se baseia, em linhas gerais, no projeto aprovado pela comissão especial da Câmara dos Deputados.

Além da adoção do financiamento público e exclusivo de campanhas eleitorais, a proposta procura aperfeiçoar o projeto da comissão especial ao impor limites de gastos nas disputas para o Legislativo.

do projeto. O objetivo é baixar os custos da campanha. Também com essa finalidade, o projeto propõe a redução do prazo de campanha no âmbito federal para 35 dias, e na esfera municipal para 20 dias.

Para tornar visíveis ao público a origem e o destino dos recursos doados aos partidos para financiamento de campanha e a fim de evitar o chamado caixa dois, o projeto prevê a obrigação legal de publicação diária do valor das entradas em dinheiro ou “estimáveis em dinheiro” na conta do partido.

Outra inovação da proposta é a criação de um limite de 150 mil Ufirs para a contribuição, por pessoa jurídica ou conglomerado, para a campanha eleitoral de cada partido. Esse é um ponto polêmico.



PUNIÇÃO Projeto de Suplicy prevê cassação de registro de candidato que desobedecer normas

Suplicy defende transparência de despesas

Prestação de contas em tempo real, pela Internet, para que qualquer pessoa possa verificar as receitas e as despesas de qualquer candidato a cargo eletivo. Esse é o objetivo do projeto que Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ao Senado. Ele explicou ontem que seu objetivo é dar transparência ao financiamento de campanhas eleitorais. De acordo com o projeto, o candidato que não se submeter à nova determinação terá seu registro cassado.

Suplicy disse que o eleitor poderá avaliar a compatibilidade dos recursos com as despesas.



Senadores debatem em Plenário as repercussões do depoimento de Duda Mendonça à CPI dos Correios. Publicitário disse que teve que abrir conta no exterior para receber R\$ 10 milhões decorrentes de serviços que prestou à campanha eleitoral do PT



CHANCE Magno Malta observa que "Parlamento tem oportunidade ímpar de se passar a limpo"

Malta afirma que povo cobra resultados

Magno Malta (PL-ES) afirmou que "o Parlamento tem uma oportunidade ímpar de se passar a limpo, no momento em que os olhos da sociedade estão sobre nós". O senador disse que a população acompanha tanto as investigações quanto as atividades parlamentares e "está cobrando resultados".

Malta comentou os depoimentos feitos à CPI dos Bingos entre quarta-feira e ontem. Sobre Walter Santos Neto, sócio da MM Consultoria (empresa que teria prestado serviços à multinacional Gtech), o senador observou que ele teria recebido R\$ 15 milhões desde 2003, mas não soube dizer onde está esse dinheiro.

– O depoente não sabe de nada – declarou Malta, acrescentando que Walter Santos Neto deveria estar preso.

Já sobre Waldomiro Diniz, ex-assessor da Casa Civil, Malta disse que "parece ser um santo, além de cego e surdo, porque não viu nem ouviu nada".

– Esses facínoras mentem descaradamente à sociedade, que está enojada e espera por uma reação do Parlamento.

Virgílio cobra explicações de Lula: "Pare de mentir"

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), afirmou que o depoimento de Duda Mendonça à CPI dos Correios mostrou ao país que "não era só caixa dois na campanha do PT. O PT está envolvido em corrupção da grossa". Para o senador, "o presidente Lula perdeu sua autoridade moral" para continuar dirigindo o país.

– O governo Lula da Silva acabou. O presidente agora tem de ir à televisão explicar tudo desde o começo. Onde começa e onde termina sua responsabilidade como presidente sobre esses episódios. Se ele tiver responsabilidade direta, deve pagar por ela. O presidente tem de admitir com clareza sua



POSTURA Virgílio observa que o "presidente tem de admitir com clareza sua responsabilidade"

responsabilidade. Não com essa conversa fiada de que está viajando para inaugurar, que seu governo foi o que mais investigou. Pare de mentir, presidente. A mentira está fazendo o país não acreditar mais na vida

pública. A mentira está levando as pessoas a não mais acreditar no presidente – disse.

Virgílio ponderou que o depoimento de Duda Mendonça e sua sócia, Zilmar Fernandes da Silveira, revelou que o PT está envolvido com sonegação fiscal, evasão de dinheiro para o exterior e caixa dois de campanha eleitoral. "Com essas revelações, caixa dois passou a ser um crimezinho, na visão dos próprios petistas. Para se defender, eles dizem que não cometeram este ou aquele crime, mas apenas este crimezinho aqui do caixa dois de campanha."

– E o dinheiro de caixa dois não era de empresas. Era do erário, dinheiro pago pelo povo.



RUMOS Pedro Simon ressalta que depoimento de Duda Mendonça exige resposta de Lula

Simon quer descobrir de onde vem o dinheiro

Após ouvir o depoimento de Duda Mendonça, Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que agora é preciso descobrir de onde vem o dinheiro que tem sido usado em operações do Partido dos Trabalhadores. O depoimento de Duda Mendonça, na avaliação do senador, mudou tudo e, agora, o presidente Lula deve se explicar.

Simon lembrou que o presidente Lula realiza hoje uma reunião ministerial e perguntou se não é hora de o presidente fazer uma reflexão e falar de forma transparente.

– Será que não é hora de o presidente Lula assumir a responsabilidade pelo erro e, daqui para frente, marcar um rumo para o seu destino? Eu acho que sim. Queira Deus que isso aconteça – disse o senador, que também defendeu uma fiscalização nas contas dos fundos de pensão pela CPI.

Na avaliação de Simon, Duda Mendonça não mentiu e falou de forma convincente sobre como foi obrigado pelo empresário Marcos Valério a abrir uma conta nas Bahamas para receber dinheiro do PT.

Alvaro diz que é inevitável discutir o impeachment

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que o Congresso tem que discutir com seriedade "a palavra que começa a ecoar pelos ares do Brasil com muito mais força", o *impeachment* do presidente Lula.

– Confesso que este é o momento de maior melancolia que jamais vivi em toda minha trajetória de parlamentar. Estamos no limiar de uma crise política sem precedentes. É inevitável discutirmos a palavra *impeachment*, depois das revelações de fatos deploráveis que revelam o estelionato eleitoral, ironicamente na voz daquele que se tornou o grande responsável pelo imagem do

presidente e de seu governo. É exatamente Duda Mendonça que destrói, de forma definitiva, essa mesma imagem.

Alvaro relatou o esquema contado por Duda Mendonça na CPI, enfatizando a orientação do então tesoureiro do PT, Delúbio Soares, para que o publicitário procurasse Marcos Valério, que seria o responsável pelo pagamento do débito referente aos serviços prestados na campanha de Lula. Destacou a orientação de Valério a Zilmar para que ela abrisse conta no exterior para receber a dívida.

Em seu relato, acrescentou o parlamentar, Duda Mendonça disse ter recebido R\$ 10 milhões



AVALIAÇÃO Alvaro Dias acredita que país está "no limiar de uma crise política sem precedentes"

na conta da empresa Dusseldorf, que abriu nas Bahamas. Os depósitos eram provenientes da empresa Trade Link, da Flórida. Duda Mendonça afirmou que, em 2004, foi feito novo contrato, no valor de R\$ 24 milhões, para campanha a prefeituras de diversas capitais, dos quais ainda não foram quitados R\$ 14 milhões.



CUSTO César Borges se diz impressionado com aumento dos gastos das campanhas do PT

Para César Borges, PT deve perder seu registro

A lei eleitoral é clara, e qualquer partido que usar recursos do exterior perderá seu registro, sentenciou o senador César Borges (PFL-BA) ao revelar que ficou estupefato com os depoimentos do publicitário Duda Mendonça e de sua sócia, Zilmar Fernandes.

O senador disse ter ficado

impressionado com o aumento dos gastos das campanhas do PT de um ano para o outro. Segundo informações de Duda Mendonça, em 2001, seu contrato com o partido era de quase R\$ 600 mil e, em 2002, alcançou R\$ 25 milhões, que incluía a campanha presidencial de Luiz Inácio Lula

da Silva, a do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), a do candidato ao governo de São Paulo, José Genoíno, e a da candidata ao governo do Rio de Janeiro, Benedita da Silva. Em 2003, foi de R\$ 7,3 milhões e, em 2004, o pacote foi de R\$ 24,7 milhões, totalizando quase R\$ 60 milhões.

–Vejam o volume de dinheiro. Como um partido pode pagar tudo isso? Claro que de forma ilegal. Não se pode imaginar que Delúbio Soares seja o único responsável por todo esse esquema. É muito difícil imaginar que o presidente não sabia de nada – afirmou César Borges.

Motta defende mínimo de R\$ 384

O senador João Batista Motta (PMDB-ES) fez um apelo para que a Câmara mantenha a decisão do Senado, que elevou o salário mínimo para R\$ 384, na quarta-feira. O novo valor foi estabelecido em emenda acrescentada pelos senadores à medida provisória (MP) que reajustou o salário, em maio, para R\$ 300. A alteração transformou a MP em projeto de lei de conversão e, se aprovado na Câmara como saiu do Senado, precisa ser sancionado pelo presidente da República. O senador também pediu a Lula que não vete a proposta.

Motta solicitou ainda ao presidente que envie ao Congresso uma proposta que possa acabar com o déficit da Previdência. E parabenizou Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) por ter apresentado a emenda que elevou o piso salarial.

Garibaldi vê falta de transparência

Faltou transparência no processo de escolha da sede da nova refinaria da Petrobras, disse ontem, da tribuna, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), afirmando que o fato teria contribuído para deixar quatro estados do Nordeste – Pernambuco, Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte –, pleiteantes da nova planta, com esperanças de serem contemplados.

Garibaldi antecipou que essa refinaria de petróleo, fruto de parceria da Petrobras com a venezuelana PDVSA, deverá se localizar em Pernambuco. Na avaliação do senador, o Rio Grande do Norte seria o estado com melhores condições de sediar o empreendimento, por produzir 110 mil barris diários de petróleo e ser o terceiro maior produtor de gás do Brasil.

Crivella: BR-101 será duplicada

Em discurso da tribuna, o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) anunciou que a duplicação do trecho sul da BR-101 não será suspensa pelo governo federal, como vinha sendo anunciado. O parlamentar, que esteve no Ministério dos Transportes, afirmou que a obra, cujo custo será de R\$ 124 milhões, já teria previsto no orçamento deste ano mais de R\$ 80 milhões.

A BR-101, disse, será duplicada no trecho entre Santa Cruz até o trevo de Mangaratiba, na região de Itacuruçá. Ali será construído um viaduto que levará a um trecho que liga a rodovia ao Porto de Sepetiba.

– Esse porto tem adquirido uma importância extraordinária, não só por ter um calado maior do que o Porto do Rio de Janeiro, como também pela facilidade de acesso.



Depoimento mostra "cenário pantanoso da ilegalidade", diz presidente do Senado. Heráclito quer saber quem deu ordens

Renan quer apuração dos fatos revelados por Duda

As revelações do publicitário Duda Mendonça à CPI dos Correios preocuparam o presidente do Senado Federal, Renan Calheiros. Em entrevista concedida ontem, Renan disse que o depoimento parece sincero e é muito grave.

– O depoimento nos remete a um cenário pantanoso de ilegalidade, incompatível com a legislação brasileira. Sonegação fiscal, evasão, conta no exterior, são coisas que precisam ser investigadas o mais rapidamente possível. Nada pode ficar sem resposta – afirmou.

Renan ressaltou que continuará apoiando as CPIs e as investigações, e que vai “cuidar da cura”.

– O corpo está aí, estendido no chão. Nós precisamos fazer urgentemente as mudanças na legislação político-eleitoral para que as próximas eleições não sejam viciadas e não tenham



IMPASSE Para Renan Calheiros, insolvência política do governo começa a dificultar a economia

os mesmos erros das outras eleições, que comprometem a legitimidade.

A crise política atual, continuou o presidente do Senado, é também uma grande oportunidade para se fazer mudanças e para separar os bons dos maus políticos. Ele voltou a defender o fim da “pirotecnia” das superproduções de televisão e os chamados

showmícios, além de regras claras para o financiamento de campanhas. Renan evitou opinar sobre a possibilidade de um processo de *impeachment* para o presidente da República.

– Não compete ao presidente do Congresso falar sobre isso. Pode ou não ser o desfecho da investigação. Quem deve dar a resposta final é a investigação da CPI. Agora, a sociedade está exigindo que essa investigação se faça rapidamente, que os resultados comecem a aparecer. A investigação completou 65 dias e 47 pessoas já foram punidas. A faxina já começou.

Renan disse também que a insolvência política do governo começa a dificultar a economia e a votação da medida provisória que reajustou o salário mínimo em maio, realizada na noite de quarta-feira – com a derrota do governo – é uma demonstração disso.

Heráclito: depoentes estão protegendo os culpados

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou da tribuna que, apesar das revelações que surgiram ontem nas CPIs do Congresso, “os verdadeiros culpados estão sendo protegidos” em todos os depoimentos. A seu ver, ainda não há resposta para a principal pergunta: “Quem deu as ordens para que tudo isso fosse feito pelo PT?”

Ele se manifestou contrário a uma acareação imediata entre Duda Mendonça e Marcos Valério, pois os deputados e senadores ainda não examinaram a fundo o que os dois disseram. “Acareação agora será uma armadilha contra as investigações”, opinou. Heráclito manifestou preocupação com os caminhos das CPIs, onde “pessoas aparecem de uma hora para outra e dizem que querem depor”, como aconteceu com Duda Mendonça e com Valério.

– Temos de tomar cuidado com isso. Não são eles que decidem o que o Congresso quer investigar, nem a hora certa para isso.

Heráclito afirmou que a crise política “não foi provocada pelas oposições”, mas “unicamente pelo PT”. Ele salientou que o Partido dos Trabalhadores sempre “foi mestre” em atirar para todo lado, principalmente em quem está no poder.



Heráclito Fortes

Mão Santa vê desrespeito às leis divinas e do país

Ao registrar a passagem, ontem, do Dia do Advogado, o senador Mão Santa (PMDB-PI) considerou que a crise política foi desencadeada pela falta de obediência às leis, sejam divinas ou constitucionais.

– Está claro, no quarto mandamento bíblico: não roubarás. Foi isto o que faltou neste país cristão – disse o senador.

Mão Santa lamentou também que a União arrecade mais do que o previsto na Constituição, diminuindo a receita de estados e municípios. Dos 42,5% do orçamento que deveriam partilhar, não conseguem obter sequer 40%, informou Mão Santa.

– Os cidadãos brasileiros não moram no Planalto. Os cidadãos moram nos municípios – protestou.

Mão Santa salientou ainda a passagem do Dia do Estudante. Ele anunciou que estudantes do estado do Tocantins comemoraram a data com a marcha: “Presidente Lula, não há dinheiro para educação, mas há para o mensalão”.

Em aparte, Sérgio Cabral (PMDB-RJ) comunicou que o PMDB decidira, em um reunião da executiva na casa do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, que o partido fará prévias internas para escolher seu candidato à Presidência da República em 2006.



Mão Santa

Pavan quer nova federal em SC

A federalização da Universidade Regional de Blumenau (Furb) foi motivo de apelo do senador Leonel Pavan (PSDB-SC) ao governo federal e ao Ministério da Educação.

– A Furb, fundação pública municipal, deveria ser gratuita; porém, quase 70% de suas receitas provêm de mensalidades, pois o crescimento de suas atividades acadêmicas e de sua infra-estrutura esgotou a capacidade de financiamento pelo município.

Pavan informou que a Furb tem atualmente cerca de 16 mil alunos, distribuídos em 36 cursos de graduação. Ele disse que possuiu título de mestre ou doutor 60% de seu corpo docente. Afirmou que a entidade precisa de recursos financeiros volumosos para manter um nível de ensino, pesquisa e extensão compatível com tal estrutura.

Fiquene destaca papel do ProUni

Para o senador Ribamar Fiquene (PMDB-MA), o Programa Universidade para Todos (ProUni), instituído pelo atual governo, começou a desobstruir os canais de acesso dos estudantes de baixa renda à universidade. O parlamentar revelou que no caso do Maranhão, seu estado, todas as faculdades privadas aderiram ao ProUni.

Na opinião de Ribamar Fiquene, o Brasil vem conseguindo grandes avanços no âmbito do ensino fundamental, mas ainda perduram graves entraves no que se refere à qualidade do ensino e à qualificação e valorização dos professores. O senador destacou a importância da educação para o desenvolvimento do país, citando o progresso de nações que adotaram medidas fortes no setor educacional.

Cursos de Direito preocupam ACM

No Dia do Advogado, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que o Congresso está preocupado com os altos índices de reprovação nos exames da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Pediu ao Ministério da Educação que, em colaboração com a OAB, promova uma ação para melhorar a qualidade do ensino de Direito.

– Faço uma moção de congratulações aos advogados. Mais que nunca devemos exaltar os advogados, principalmente o PT, que agora vai precisar muito de advogados.

Antonio Carlos observou ainda que, apesar de a instalação dos primeiros cursos jurídicos ter ocorrido em São Paulo e Olinda (PE), a Bahia foi cogitada como o estado que deveria receber a primeira escola de Direito no país.

Célio Azevedo



DISCIPLINA Proposta acolhida pela CAS determina registro dos circos no Ministério da Cultura e prevê medidas de proteção aos animais que utilizam

Circos poderão se tornar patrimônio cultural do país

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, por unanimidade, parecer favorável ao projeto de autoria do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) que define o circo como parte integrante do patrimônio cultural brasileiro. Votada sob a forma do substitutivo elaborado pela relatora, senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), a proposta – que também estabelece medidas de proteção aos animais circenses – vai agora à Comissão de Educação (CE) para decisão terminativa.

Conforme o projeto (PLS 397/03), o uso da denominação “circo” dependerá de registro no Ministério da Cultura, concedido apenas àqueles que apresentem, no mínimo, 50% de atividade. A proposta obriga os circos a manterem a saúde e a segurança de seus animais, não permitindo que sejam maltratados, e a tomar medidas que evitem riscos para os

espectadores.

Maria do Carmo ressaltou que o circo constitui expressão artística e cultural importante, especialmente para a população das pequenas cidades, e que eles enfrentam a concorrência de empresas com espetáculos parcialmente circenses. A seu ver, a inscrição no Ministério da Cultura contribuirá para reduzir as dificuldades enfrentadas junto às autoridades municipais e estaduais.

– Julgamos importante restringir o uso da palavra circo apenas aos tradicionais, de natureza itinerante, de cunho familiar, montados sobre estruturas circulares de lona. A proposta visa defender o circo tradicional – enfatizou Maria do Carmo.

O presidente da CAS, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), registrou a presença de representantes dos circos Zanquetini, Estoril e Beto Carrero.

Recadastramento sem o bloqueio de benefícios

O pagamento de benefícios da Previdência Social não poderá ser previamente bloqueado para a realização de recadastramento de segurados. Projeto nesse sentido, de autoria de Sérgio Cabral (PMDB-RJ), foi aprovado ontem, em votação terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Segundo a proposta, o recadastramento deve ser objeto de notificação pública com antecedência mínima de 90 dias.

A idéia da proposta (PLS 483/03), de acordo com o senador, surgiu quando o então ministro da Previdência Ricardo Berzoini implantou o recadastramento. O projeto determina que os segurados sejam recadastrados com uma “conduta mínima de respeito”.

No caso de segurados com



RESPEITO Pessoas com mais de 80 anos devem ser recadastradas em casa, conforme proposição de Cabral

mais de 60 anos, informou o relator, Augusto Botelho (PDT-RR), o recadastramento deverá ser previamente agendado junto ao órgão competente. Quanto às pessoas com idade acima de 80 anos, ou impossibilitadas de se locomover, a atualização do cadastro deve ser realizada na residência do segurado.

A CAS aprovou ainda requerimento de Papaléo Paes (PMDB-AP) propondo audiência sobre a hepatite, na Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Combate à fome deverá favorecer produção local

■ Projeto dá preferência, na compra de alimentos, a pequeno produtor da região onde serão consumidos

Os produtos alimentícios destinados aos programas governamentais de distribuição de alimentos e combate à fome, inclusive para a merenda escolar, devem ser comprados preferencialmente de pequenos produtores das regiões onde serão consumidos. É o que determina projeto de autoria do senador Delcídio Amaral (PT-MS) aprovado ontem, em turno suplementar e decisão terminativa, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), mediante substitutivo apresentado pelo relator, senador Osmar Dias (PDT-PR).

Em seu parecer, Osmar Dias



MÉRITO Iniciativa foi aprovada pela CRA nos termos de substitutivo elaborado por Osmar Dias (direita, ao lado de Heráclito e Juvêncio)

esclarece que a intenção de Delcídio Amaral com o projeto (PLS 36/03) foi incentivar a aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares para os programas de combate à fome. Porém, como resalta o relator, a maior parte da proposta foi atendida com a aprovação da Lei 10.696/03, originada do Executivo, que já vincula essas

compras a programas destinados à população em situação de insegurança alimentar. O substitutivo, portanto, propôs incluir na lei os dois pontos ainda não contemplados.

– São eles a preferência por gêneros da região onde serão consumidos e a extensão da abrangência da distribuição aos programas da merenda escolar – informou Osmar Dias.

Crédito especial para cafeicultor de Rondônia

Projeto acolhido ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) autoriza o Executivo a criar programa especial de crédito para auxiliar os produtores de café de Rondônia. A proposta, de iniciativa do então senador Moreira Mendes, tem como objetivo assegurar aos cafeicultores locais o acesso a linhas de custeio e comercialização destinadas a garantir preços mínimos compatíveis com os

custos de produção.

À época da apresentação da proposta (PLS 87/02), o Brasil colheu um safra de café estimada entre 37 milhões e 39 milhões de sacas, com 1,7 milhão produzidas em Rondônia. Os preços do produto vinham em uma trajetória de queda que afetava seriamente os produtores nacionais, com maior impacto, segundo o autor do projeto, sobre os cafeicultores da região Norte.

O relator da matéria, senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), disse que o estabelecimento de políticas de desenvolvimento específicas é da competência do Executivo, mas concordou com o projeto em razão de sua relevância social. Ele recomendou, contudo, que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se manifeste pelo mérito, antes da apreciação terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

No Interlegis, debate sobre direito autoral

A Biblioteca do Senado, a Embaixada dos Estados Unidos (EUA) e a Biblioteca Demonstrativa de Brasília promoveram ontem, no auditório do Interlegis, debate sobre direitos autorais, propriedade intelectual e direito de acesso à informação e à cultura.

Marybeth Peters, bibliotecária do Congresso dos EUA e diretora do Escritório de Registro de Copyrights americano, explicou que, em seu país, o simples fato de uma pessoa entrar em um cinema portando uma câmera pode lhe render um processo criminal, em virtude da possibilidade de gravação de imagens durante a exibição do filme. Por outro lado, Marybeth informou que vídeos pertencentes a bibliotecas de escolas podem ser apresentados nas salas de aula sem necessidade de pagamento de direito autoral.

Guilherme Carboni, professor da Universidade de São Paulo (USP) e coordenador da área de Direitos Autorais e Tecnologia da Informação do Instituto de Direito do Comércio Internacional e do Desenvolvimento (IDCID), falou sobre o conflito entre o direito de autor e o direito de acesso ao conhecimento e citou projeto de digitalização de discotecas municipais, que demandaria autorização dos autores para regravação em CDs.

CRE aprova indicações de novos embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem parecer favorável às indicações da Presidência da República de novos embaixadores para os seguintes países: Colômbia, México, Belize e Grécia. O diplomata Júlio César Gomes dos Santos deverá assumir o cargo de embaixador na Colômbia. Foi indicado para as embaixadas no México e, cumulativamente, em Belize, o diplomata Ivan Oliveira Cannabrava. Para a embaixada na Grécia, foi aprovado o nome do diplomata Mauro Mendes de Azeredo.

Na sua exposição, Júlio César fez um relato sobre a situação político-econômica da Colômbia, destacando as guerrilhas e o tráfico de drogas.

Ivan Cannabrava anunciou que pretende atuar, principalmente, em duas frentes: a questão dos brasileiros que tentam chegar aos Estados Unidos por meio do México e os esforços para aumentar as exportações brasileiras para esse país.

Sobre a Grécia, Mauro Mendes observou que o país apresenta relações amistosas com o Brasil, única nação da América Latina, segundo ele, com quem os gregos mantêm um acordo de cooperação na área cultural e educacional.



RELEVÂNCIA Estrada é a "espinha dorsal" da economia de Rondônia e precisa de restauração, diz Raupp

Raupp pede restauração da BR-364 e construção de gasoduto

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou ontem que é preciso restaurar a BR-364, considerada a "espinha dorsal" da economia de Rondônia. Ele também destacou a necessidade de construção do Gasoduto Urucu-Porto Velho, que visa levar gás natural de Urucu, no Amazonas, para a capital rondoniense. As obras não foram iniciadas porque

ainda não se obteve licença ambiental para executá-las.

O parlamentar disse que o processo de recuperação da BR-364 já começou, mas que ainda está lento. E ressaltou que, quando as estradas são mal recuperadas, basta a ocorrência de chuvas para danificá-las novamente. Por isso, Raupp enfatizou ser preciso um trabalho de restauração

"mais consistente".

– A BR-364 transporta praticamente todos os nossos produtos, incluindo a safra de grãos, tanto para o Norte como para o Sul. Transporta também 80% dos insumos utilizados na Zona Franca de Manaus, que é o maior pólo industrial da Amazônia – frisou.

O senador lamentou que a construção do Gasoduto

Urucu-Porto Velho ainda não tenha sido iniciada porque o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) não emitiu a licença ambiental. A construção é polêmica, uma vez que o gasoduto atravessará a floresta amazônica.

– Toda vez que o Ibama se prepara para emitir a licença, surge um obstáculo – disse.

Paulo Octávio saúda a agência de aviação civil

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) comemorou a aprovação pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), semana passada, de projeto (PLS 62/04) que cria a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). A autarquia irá substituir o Departamento de Aviação Civil (DAC) no controle do setor aéreo nacional, respondendo pela outorga e renovação das concessões às empresas aéreas e pelo controle de tarifas.

O surgimento da Anac é saudada por Paulo Octávio pela perspectiva de implantação de novos parâmetros de regulação do setor, capazes de ampliar as rotas aéreas e o número de empresas que trabalham com vôos fretados, os *charters*, que cobram tarifas inferiores às das grandes companhias. O senador lembra que a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) deverá atuar em articulação com a agência.

– A Anac é importantíssima para o desenvolvimento econômico do país, pela geração de divisas, pelo incremento dos negócios e inclusão dos pequenos empresários e consumidores – comentou.

Paulo Octávio assinalou ainda a importância da agência para alavancar o turismo.



REGULAÇÃO Autarquia que substitui o DAC impulsionará os negócios do setor, destaca Paulo Octávio

Tourinho quer votação da Lei do Gás neste semestre

■ Segundo o senador, o projeto de sua autoria que regulamenta o setor tem recebido diversos apoios

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) informou ao Plenário que projeto de sua autoria que cria a Lei do Gás tem recebido diversos apoios, o que abre a possibilidade de sua votação ainda neste semestre. A proposta regulamenta a área de gás natural, hoje uma parte da Lei do Petróleo.

Conforme o senador, os estados concordam com o projeto (PLS 226/05). Ele lembrou que a Constituição dá à Petrobras o monopólio da extração e industrialização do gás, mas a distribuição fica a cargo dos estados. Tourinho comentou



APAGÃO Para Tourinho, o gás pode solucionar problema de energia que país deve enfrentar depois de 2010

que entidades de empresas relacionadas ao setor também manifestaram apoio à proposta. No documento "Agenda mínima para a governabilidade", entregue ao governo e ao Congresso, as confederações de empresários pedem a votação da Lei do Gás.

Flexa Ribeiro cobra lei para pequena empresa

Ao analisar a situação de pequenas empresas no Brasil, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) fez apelo ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no sentido de que encaminhe com urgência ao Congresso o anteprojeto da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. O parlamentar informou que a proposta foi elaborada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) após realizar pesquisa com cerca de 6 mil empresários brasileiros e é defendida também pela Frente Empresarial.

O senador ressaltou que a lei garantirá aos empresários a quitação de todos os tributos e obrigações acessórias,



CONTRIBUIÇÃO Flexa Ribeiro lembra a importância do setor para a geração de empregos no país

de forma simplificada, por meio de um único documento, "dispensando as apurações mais complexas e onerosas". Ele lembrou a importância do segmento, que representa 99% das empresas formalmente es-

Tourinho acrescentou que o governo não apresentou um projeto sobre o assunto, mas apontou aspectos que considera importantes nessa legislação. O primeiro é a preocupação em proteger o gás para movimentar termelétricas, pois os problemas de energia que podem ocorrer a partir de 2010 só serão resolvidos por esse tipo de matriz energética. "Não há mais tempo para construção de grandes hidrelétricas."

O senador disse discordar da intenção do governo de criar "por decreto" um mercado de gás. "Primeiro, deveríamos ter o mercado e, depois, fazer sua regulamentação", sugeriu. Ele manifestou esperança de que o projeto seja votado antes da sétima rodada de licitações da Agência Nacional do Petróleo, quando serão ofertadas áreas promissoras em gás.

tabelecidas no Brasil e cerca de 20% do produto interno bruto, para reduzir o problema do desemprego no país.

– O crescimento de novos postos de trabalho, de 1995 a 2000, foi de 25,9%, correspondendo a 1,4 milhão de novos empregos, enquanto nas grandes empresas o incremento foi de apenas 0,3% – frisou.

O parlamentar disse acreditar que a aprovação da proposta poderá amenizar o problema da informalidade do mercado de trabalho. Segundo observou, há mais de 10 milhões de negócios na informalidade. Flexa Ribeiro foi apoiado, em apartes, pelos senadores Leonel Pavan (PSDB-SC) e Mão Santa (PMDB-PI).



ALCANCE Em dois anos de atuação em Sergipe, o banco já cobre 75 municípios, diz Maria do Carmo

Maria do Carmo destaca ação do Banco do Povo

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) destacou o desempenho do Banco do Povo de Sergipe, ressaltando que, em dois anos de sua implantação, já cobre os 75 municípios do estado. O fato, assinala, demonstra o compromisso político com o desenvolvimento humano.

Segundo a senadora, a instituição, firmada em parceria com o Banco do Estado de Sergipe (Banese) e as secretarias estaduais de Combate à Pobreza e de Assistência Social, apresenta índice de inadimplência de apenas 1%.

Maria do Carmo informou que, nos dois anos de atividades, o banco criou 900 empreendimentos, que geraram 8,3 mil postos de trabalho. Além disso, frisou, foram atendidos mais de 17,4 mil clientes, "número que o estado espera dobrar até o fim de 2006".

Para Maria do Carmo, o fortalecimento desse tipo de instituição bancária popular é ainda mais relevante pelo fato de o setor de microcrédito no Brasil não despertar interesses e por ter baixa participação nas contas das instituições financeiras, devido ao seu elevado custo operacional.